



**ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Doutora Juliana
Deputada Estadual – Republicana/AC

PROJETO DE LEI Nº 72 DE 5 DE maio 2020.

Dispõe sobre o registro de violência doméstica por meio de Delegacia Virtual, durante a pandemia do coronavírus - COVID 19.

Art. 1º Ficam incluídas no rol de infrações penais passíveis de registro por meio de Delegacia Virtual do Estado do Acre, todos os delitos em situação não fragancial decorretes de violência doméstica e familiar contra a mulher, na modalidade ação ou omissão baseada no gênero que venha a lhe causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo assegurado a mulher manifestar o interesse em requerer medida protetiva de urgência, prevista na Lei 11.340/2006.

Parágrafo único – Tão logo receber a notícia do registro, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, onde houver, ou a Delegacia da área, nos demais casos, deverá entrevistar a ofendida por meio telefônico, aplicativos de aparelho celular ou outro mecanismo de informática que garantam uma comunicação adequada, complementando ou corrigindo os dados básicos inicialmente preenchidos, adotando as providências adequadas, a par de, no prazo de 48 horas, encaminhar o expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para a concessão de medidas protetivas de urgência.

Art. 2º – Caberá a Polícia Civil regulamentar esta Lei.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões “Deputado **FRANCISCO CARTAXO**”.

Rio Branco, 5 de maio de 2020



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Doutora Juliana
Deputada Estadual – Republicana/AC

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, cumpre assinalar que a presente proposta de lei foi elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre - OAB/AC, por meio da Comissão da Mulher Advogada, e encaminhada a esta parlamentar para a efetivação da proposição na Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC. Merece destaque a relevância da matéria abordada pelo projeto em tela, o que corrobora a importância, essencialidade e indispensabilidade da advocacia no processo contínuo de defesa das garantias e direitos fundamentais previstos na nossa Lei Maior, a Constituição Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre (OAB-AC), especialmente por meio da Comissão da Mulher Advogada, se preocupa com a elevação dos indicadores mundiais e nacionais da violência contra as mulheres por decorrência da Pandemia de Covid-19, conforme destaque da ONU Mulheres.

Diante da necessidade de manutenção do isolamento social, medida de suma importância para a proteção à saúde em momento de pandemia decorrente da COVID-19, verifica-se o agravamento de situações de violência contra as mulheres, que em muitos casos, coabitam com os agressores.

Pelas dificuldades encontradas para buscar ajuda, denunciar as violências e requerer medidas cabíveis, os riscos podem ser agravados, colocando em perigo a vida das mulheres.

Faz-se necessário, viabilizar, por meio das autoridades policiais, mecanismos que possibilitem o registro por meio da Delegacia Virtual, com possibilidade de requerimento da medida protetiva pela (a) delegada (o) e o envio a justiça no prazo de até 48 horas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres deputados à sua aprovação.

ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional/AC

ISNAILDA DE SOUZA DA SILVA GONDIM
Presidente da Comissão da Mulher Advogada OAB/AC



Ofício n.º 42/2020/PRES/OAB/AC

Rio Branco, Acre, 05 de Maio de 2020.

À sua Senhoria a Senhora
Juliana Rodrigues
Deputada Estadual
Nesta

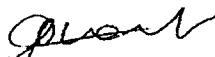
Assunto: Apresentação de sugestão legislativa.

Senhora Deputada,

A par de cumprimentá-la cordialmente, servimo-nos do presente a fim de encaminhar minuta de projeto de lei que “Dispõe sobre o registro de violência doméstica por meio de Delegacia Virtual, durante a pandemia do coronavírus- COVID 19”, cujo objetivo é auxiliar no combate à violência doméstica, conforme justificativa anexa.

Certos da sensibilidade, compreensão e imprescindibilidade dessa medida, aguardamos a adoção de providências por parte de Vossa Excelência, notadamente com a efetivação da proposição legislativa para posterior aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Atenciosamente,


Erick Venâncio Lima do Nascimento
Presidente da OAB/AC


Ismaida Gondim
Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/AC